CORREIO PAULISTANO

POR **RAFAEL CHINAGLIA**

DOUGLAS FERREIRA | REDE CÂMARA SP



Sansão Pereira (REPU) presidiu os trabalhos da CPI

CPI ouve Bradesco sobre cobrança municipal de R$ 812 milhões

Representantes do Bradesco disseram à CPI dos Devedores da Câmara Municipal de São Paulo, na quinta-feira (5), que o banco já obteve decisões judiciais favoráveis sobre cerca de R$ 500 milhões dos R$ 812 milhões cobrados pela Prefeitura. Segundo a superintendente jurídica do banco, Lígia Policiano, o valor cobrado é objeto de dez ações judiciais. A instituição questiona a incidência do Imposto sobre Serviços (ISS) sobre receitas que, segundo o banco, decorrem de operações financeiras e do pagamento de comissões. O vice-presidente do Bradesco, Cassiano Scarpelli, informou que há R$ 44 milhões em discussão na esfera administrativa. O presidente da CPI, Sansão Pereira (Republicanos), anunciou que o programa Fique em Dia será retomado em 16 de novembro e seguirá até 26 de fevereiro de 2027. O programa permite negociar débitos inscritos na dívida ativa da capital paulista.

Câmara de SP dá título a Paulo Junqueira Neto

A Câmara Municipal de São Paulo entregou o título de cidadão paulistano ao advogado e produtor rural Paulo Maximiano Junqueira Neto durante sessão solene na noite de quinta-feira (5). A homenagem foi proposta pelo vereador Lucas Pavanato (PL). Natural de Ribeirão Preto, no interior paulista, Junqueira Neto foi reeleito para presidir o Sindicato Rural do município no atual triênio 2024–2027. Ele também comanda a Associação Rural de Ribeirão Preto e a Associação Rural Vale do Rio Pardo (Assovale).

RICHARD LOURENÇO / REDE CÂMARA SP



Honraria para o advogado e produtor rural Paulo Junqueira Neto

MP: superfaturamento em obras da capital

O Ministério Público de São Paulo apontou indícios de superfaturamento de R$ 133 milhões em seis obras emergenciais da Prefeitura da capital. A gestão Ricardo Nunes (MDB) contratou a Ercan Construtora sem licitação para executar os serviços entre 2022 e 2023. Os peritos identificaram cobranças em duplicidade e quantidades de materiais acima das previstas nos projetos. A Prefeitura contestou as conclusões da análise e também afirmou que os pareceres fazem parte de uma apuração ainda em andamento.

Pirajussara reúne R$ 102 milhões sob suspeita

Duas intervenções no córrego Pirajussara concentram cerca de R$ 102 milhões do valor questionado pelo Ministério Público. Em uma delas, na divisa de São Paulo com Taboão da Serra, os peritos apontaram R$ 57,5 milhões sem justificativa técnica em um contrato de R$ 64,3 milhões. A planilha da obra registrava 24.808 metros de estacas para a contenção da margem, ante 2.400 metros previstos no projeto.

Comissão de inovação

A Comissão Extraordinária de Inovação, Tecnologia e Cidade Inteligente da Câmara Municipal de São Paulo se reúne nesta segunda-feira (9), das 13h às 15h. A reunião extraordinária será semipresencial, no Salão Nobre, no 8º andar, com transmissão pelo site da Câmara. O vereador Sansão Pereira (Republicanos) consta na agenda oficial da Casa.

Salva de Prata na Câmara

A Câmara Municipal de São Paulo fará uma sessão solene nesta segunda-feira (9) para entregar uma Salva de Prata ao Hospital Moriah. A cerimônia, de iniciativa do vereador André Santos (Republicanos), está prevista para ocorrer das 10h às 12h, na Sala da Presidência da Câmara, que fica no 8º andar da sede do legislativo paulistano.

Prédio desaba no Brás

O prédio de quatro andares que desabou na noite de sexta-feira (6) no Brás, no centro de São Paulo, recebeu ao menos quatro grandes cargas de tecido em 15 dias, segundo relato registrado no boletim de ocorrência. O imóvel fica na rua Maria Joaquina. A Polícia Civil investiga se o peso das mercadorias contribuiu para a queda da construção.

Rei da Sucata descoberto

O empresário Rodrigo Leonardo de Lima Alcântara, conhecido como Rei da Sucata, foi preso na noite de sábado (7) em uma joalheria do Shopping Cidade Jardim, na zona sul de São Paulo. Foragido, ele é investigado por suspeita de lavar dinheiro para o Comando Vermelho. A ação uniu o Ministério Público de Minas Gerais e a Polícia Civil do Rio.

TRF-3 barra Bets em SP

O presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), desembargador Johonsom Di Salvo, suspendeu na sexta-feira (6) a liminar que permitia a retomada das operações de Casa de Apostas, Betsul e Jogo Online. Todas as três plataformas pertencem à CDA Gaming e voltam a ficar impedidas de operar no país até decisão final do tribunal.

Licença em discussão

As três plataformas haviam sido bloqueadas após uma medida provisória do governo federal, editada em setembro, que antecipou o fim da licença da CDA Gaming. A empresa recorreu à Justiça e obteve uma liminar da desembargadora Adriana Pileggi para retomar as atividades no país. A presidência do tribunal suspendeu a autorização.

RICHARD LOURENÇO/REDE CÂMARA



Milton Leite se apresentou às autoridades na Grande São Paulo

Ex-vereador Milton Leite é indiciado em caso sobre PCC

Apuração vê indícios de ação da facção em 12 das 22 viações da capital

Da **Redação**

A Polícia Civil de São Paulo indiciou o ex-vereador Milton Leite (União Brasil) por suspeita de integrar e promover uma organização criminosa. Ex-presidente da Câmara Municipal, ele é investigado na Operação Vectura Corrupta, que apura a atuação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no transporte coletivo. A corporação pediu à Justiça a prisão preventiva de Leite, que está detido temporariamente desde 18 de setembro.

A investigação aponta que 12 das 22 empresas de ônibus analisadas na capital estariam sob controle ou influência da facção. A apuração também alcança empresas que atuam no ABC Paulista e na Baixada Santista. Uma das suspeitas é que integrantes do grupo tenham assumido a administração de operadoras após a obtenção de contratos em licitações, conforme o relatório final apresentador.

Os investigadores atribuem a Milton Leite o comando de fato da Transwolff, que operou linhas municipais na capital. A suspeita se apoia em depoimentos e no conteúdo de mensagens analisadas pela polícia. Segundo o inquérito, essas conversas indicariam que o ex-vereador acompanhava projetos da operadora e tratava de questões da empresa com dirigentes do setor. A Prefeitura rompeu o contrato com a Transwolff após suspeitas de vínculo com a facção.

Em depoimento à Polícia, Milton Leite negou ter participação direta ou indireta em empresas de ônibus e afirmou desconhecer os integrantes do PCC mencionados na investigação. Segundo o ex-vereador, os contatos com empresários e representantes da SPTrans, responsável pela gestão do sistema municipal, faziam parte de sua atuação parlamentar. Ele se apresentou à polícia em Mogi das Cruzes em setembro.

Entre os demais indiciados está Levi dos Santos Oliveira, ex-presidente da SPTrans. Além da atuação no transporte, a polícia apura suspeitas de interferência em licitações e de financiamento de candidaturas pela facção. Uma das frentes envolve as eleições municipais de 2024 em Praia Grande, no litoral paulista.

O Ministério Público deve avaliar o relatório para decidir se apresenta denúncia. Cabe à Justiça analisar o pedido de prisão preventiva. A Polícia ainda quer aprofundar a apuração sobre suspeitas de lavagem de dinheiro.